

**NA CAPITAL NACIONAL DO AGRONEGÓCIO: RELAÇÕES
ENTRE DESEMPREGO E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO
EM RIBEIRÃO PRETO - SP (2010 – 2021)****IN THE NATIONAL AGRIBUSINESS CAPITAL:
RELATIONSHIPS BETWEEN UNEMPLOYMENT AND
EDUCATION FINANCING IN RIBEIRÃO PRETO – SP (2010 –
2021)****EN LA CAPITAL AGRONEGORIA NACIONAL: RELACIONES
ENTRE DESEMPLEO Y FINANCIAMIENTO DE LA
EDUCACIÓN EN RIBEIRÃO PRETO - SP (2010 – 2021)**

Caio Marco Espimpo¹
Elaine Sampaio Araújo²

RESUMO

A partir de uma análise de dados oficiais de emprego, orçamentos e receitas do município de Ribeirão Preto, este ensaio pretende explorar as possibilidades teóricas de relação com a produção da desigualdade neste município do interior de São Paulo, no contexto de uma das mais importantes medidas de restrições de circulação devido à pandemia de COVID-19, quando atribui-se as contenções de gastos à diminuição da arrecadação de impostos. Pretende-se ainda relacionar a real situação de orçamentos e receitas com a educação pública de forma a compreender parte do desastre provocado neste setor pela não implementação dos dispositivos necessários para a manutenção da comunicação efetiva entre as escolas municipais e as pessoas que são usuárias deste serviço, como a contratação de serviço de internet e dispositivos eletrônicos que viabilizassem seu uso. A precarização ocorrida na educação pública municipal pretende desvelar-se como fruto de uma relação social excludente que privilegia as necessidades das poucas pessoas mais ricas em detrimento das possibilidades de produção de viver com dignidade a muitas outras pessoas mais pobres.

Palavras-chave: financiamento da educação; educação pública; Ribeirão Preto; desemprego; ensino remoto emergencial.

ABSTRACT

From an analysis of official data of employment, budgets and revenues of the municipality of Ribeirão Preto, this essay intends to explore the theoretical possibilities of relationship with the production of inequality in this municipality in the interior of São Paulo, when the most important measures of movement restrictions due to the pandemic of COVID-19 are attributed

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP. E-mail: caiofessor@gmail.com

² Professora Associada do Departamento de Educação, Informação e Comunicação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP. E-mail: esaraujo@usp.br

to spending restraints to the decrease in tax collection. It is also intended to relate the actual situation of budgets and revenues with public education in order to understand part of the disaster caused in this sector by not implementing the necessary devices for maintaining effective communication between municipal schools and people who are users of this service, such as hiring internet service and electronic devices that would enable its use. The precariousness occurred in the municipal public education intends to unveil itself as the fruit of an excluding social relationship that privileges the needs of the few richer people in detriment of the possibilities of production of living with dignity to many other poorer people.

Keywords: education funding; public education; Ribeirão Preto; unemployment; emergency remote learning.

RESUMEN

A partir de un análisis de datos oficiales sobre empleo, presupuestos e ingresos del municipio de Ribeirão Preto, este ensayo pretende explorar las posibilidades teóricas de relación con la producción de desigualdad en este municipio del interior de São Paulo, cuando las medidas más importantes de restricción de movimientos debido a la pandemia de COVID-19 se atribuyen a la restricción de gastos a la disminución de la recaudación de impuestos. También se pretende relacionar la situación real de los presupuestos e ingresos con la educación pública para entender parte del desastre causado en este sector por no implementar los dispositivos necesarios para mantener una comunicación efectiva entre las escuelas municipales y las personas usuarias de este servicio, como la contratación del servicio de internet y de dispositivos electrónicos que permitan su uso. La precariedad ocurrida en la educación pública municipal pretende develarse como el fruto de una relación social excluyente que privilegia las necesidades de los pocos más ricos en detrimento de las posibilidades de producción de vida digna a muchas otras personas más pobres.

Palabras clave: financiación de la educación ; educación pública; Ribeirão Preto; desempleo; enseñanza a distancia de emergencia.

INTRODUÇÃO

Abordar a questão de problemas sociais, como a fome, falta de moradia, entaves ao acesso à educação escolar e ao atendimento em saúde partindo da hipótese da má gestão pública é uma condição de (quase) garantia de acerto. Vê-se aqui que, tendo em vista as formas de desenvolvimento e (re) organização próprias do Capital hodierno, nas qualidades de globalizado, neoliberal e pós-moderno (Cassin, 2002), não está suficiente tal proposição para a investigação no âmbito da pesquisa com tratamento materialista histórico-dialético, sob o perigo de incorrer em erro epistemológico, para além do dilema da relevância da pesquisa. Declarar aqui o método sob o qual se dará o tratamento dos dados, dentro de um determinado posicionamento teórico tem o papel de evidenciar o locus a partir do qual se defende as proposições, assumindo uma posição teórica que, “por opção política, ideológica e ética, elege determinados conceitos em detrimento de outros” (Araújo; Moura, 2003, p. 2).

Na busca por uma posição questionável e de natureza contraditória, dentro das possibilidades materiais desta pesquisa³, que traz importância ao mérito da investigação, pensa-se aqui, como objeto, o financiamento da educação pública municipal de uma cidade do interior do estado de São Paulo. Em específico e como problema deste objeto a ser analisado, o (não) desarranjo do financiamento da educação pública de uma cidade do interior do estado de São Paulo em condição pandêmica⁴ pela causa do encolhimento da arrecadação de impostos causada pelo desemprego.

No empenho para a estruturação dialética deste trabalho, e para credenciar o uso do método materialista histórico-dialético como base metodológica, aqui se apresenta e se explica as premissas para a construção da metodologia utilizada. Sobre a contradição implicada no movimento de compreensão de um aspecto da realidade, Chasschatschic aponta que o entendimento, como atividade, está posto como contradição com a realidade na medida em que este isola o que, na realidade, está unido (Chasschatschic [s.d.], *apud* Kofler, 2010).

Como recorte temporal, delimitamos o período entre o ano de 2010 e 2021, para o qual, as principais seções da realidade que serão estudadas, são a composição do financiamento da educação pública municipal e a arrecadação de impostos municipais, cotas advindas de impostos de outras esferas e convênios, a condição de desemprego, as características históricas, sociais, geográficas do município em pauta.

A validade de pesquisar esse objeto é pensada pela importante influência exercida pela adequada/ajustada execução dos orçamentos e das receitas para a manutenção, funcionamento e desenvolvimento dos serviços de incumbência do Estado, dentre as quais, a que terá destaque neste trabalho, a educação pública municipal.

A arrecadação de impostos e o financiamento da educação pública

A trama e o drama da educação perpassa as relações sociais das pessoas e realizam-se no âmbito da família, da escola regular, da religião, do lazer. A partir do pensamento de Moura *et al.* (2010, p. 95), observamos que o desenvolvimento cognitivo

³ Trabalho realizado no âmbito do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo no ano de 2022.

⁴ Pandemia da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19), com indicação da OMS datada de 11 de março de 2020.

acontece justamente na relação que ocorre entre sujeito e o meio físico e social quando de sua mediação por instrumentos e signos.

No caso da educação escolar, organizar a atividade de ensino e de aprendizagem na direção de tornar mais ricas tais relações entre seus participantes também implica em tornar mais elaboradas as condições de sua reprodução material.

A escola pública, assim como outras instituições estatais, está também em funcionamento de acordo com os interesses de reprodução e condução dos interesses da sociedade onde está inserida e tem não tem o mesmo custo para atender/formar pessoas em faixas etárias diferentes. Para esta escola atender às necessidades de desenvolvimento das pessoas que compõem o público alvo da Educação Infantil (de zero a três anos e de quatro a cinco anos e doze meses incompletos) o custo é mais elevado do que as do público alvo regular do Ensino Fundamental e Ensino Médio, não sendo mais cara, apenas, que o Ensino Superior.

Na letra da música *Da ponte pra cá*⁵, Mano Brow (Pedro Paulo Soares Pereira) menciona “[...] eu nunca tive bicicleta ou videogame, agora eu quero o mundo igual Cidadão Kane. *Da ponte pra cá*, antes de tudo é uma escola, minha meta é dez, nove e meio nem rola [...]”. Reforçando-se o entendimento da música como meio potente de captação/interpretação/discursivização da realidade por meio da estética, pode-se extrair questões importantes para a análise das contradições de uma sociedade tipicamente capitalista, as quais serão apresentadas ao longo deste ensaio.

Com o nome da música, *Da ponte pra cá*, está posta uma expressão coloquial que, mais frequentemente, delimita espaços com características diferentes. Apesar do fato de que, também, a palavra *ponte* pode trazer, essencialmente, o significado de algo que une/liga dois lugares/pessoas/coisas, está nela potencialmente a noção de um marco de divisão, de separação de lugares. Com o trecho recortado, relacionado ao simbolismo da desassociação, pode-se inferir a ideia de que, se de um lado da ponte tem-se a possibilidade de se ter bicicleta e videogame, do outro, por sua vez, não há tal possibilidade. Vislumbrando ainda oportunidade de captar o real na obra de arte, pensar

⁵ A música referida, intitulada “*Da ponte pra cá*” é faixa que compõe o álbum “*Nada como um dia após o outro dia*” de 2002 do grupo Racionais Mc’s. O álbum foi gravado pelo Selo Cosa Nostra Fonográfico e sua distribuição realizada pela Zambia.

nas diferentes sofisticações de necessidades entre as pessoas que estão em locais opostos da ponte, significa também pensar em educação diferente.

A partir de aspectos conjunturais relativos à contemporaneidade da produção deste trabalho, aponta-se com destaque, o aceno feito pelo então Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, a um dos extremos da *ponte* da sociedade brasileira. Em medida que entrou em vigor em primeiro de julho de 2022, pela quarta vez⁶ foi anunciada uma redução da alíquota de imposto para a importação de partes e acessórios de máquinas de videogame, no caso, de 16% para 12% e, no caso de videogames com telas incorporadas e suas partes a alíquota passou de 16% para 0% (Capital, 2022)⁷. Para contribuir com a reflexão, a que lado da ponte se favorece com a redução ou *retirada* de imposto sobre a importação de videogames e suas partes/acessórios?

Tendo em vista as necessidades que se intensificaram no âmbito de serviços públicos ligados manutenção e reprodução da vida devido a fatores advindos da crise sanitária, apesar de restar intrigante, tal gesto de redução da alíquota de imposto para a importação de partes e acessórios de máquinas de videogame emerge como amostra das possibilidades de apreensão da contradição presente na sociabilidade capitalista, em uma tentativa de contribuir com a apreensão da realidade no movimento das categorias que a determina, já que, segundo Kosík (1976), quando da análise das qualidades da práxis humana,

a atitude primordial e imediata dos homens não é a de um abstrato sujeito cognoscente, de uma mente pensante que examina a realidade especulativamente, porém a de um ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais (Kosík, 1976, p. 9).

Por esta atitude, da interferência nas alíquotas, primordial e imediata, ser objetiva e prática, intentando a realização de interesses distintos, relacionados a uma classe social específica, respalda ações de políticos (de profissão) com objetivo de recrutar pessoas que os/as elejam, independentemente da futilidade dessas ações (quando comparada a necessidades urgentes, como a de maior investimento em saúde,

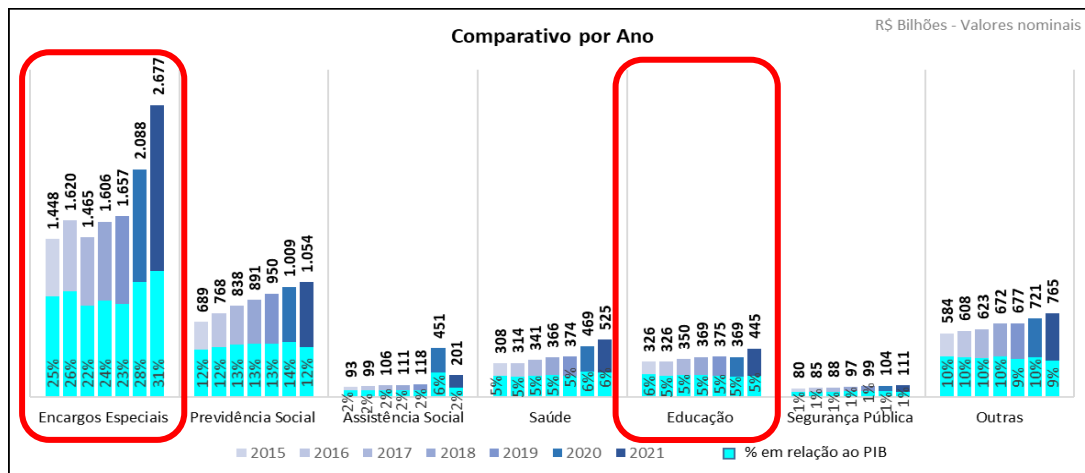
⁶ A primeira vez que esta medida foi tomada pelo atual presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, foi em agosto de 2019, a segunda vez em outubro de 2020, a terceira vez em agosto de 2021.

⁷ <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/bolsonaro-anuncia-quarta-reducao-de-impostos-sobre-games/>

educação e assistência social, por exemplo, no Brasil), dando continuidade a esta contradição da organização do Estado para a atenção de outras pessoas que não coincidem com a maior parte da população.

No âmbito da administração pública, pensando na execução do orçamento, a maior parcela das despesas está direcionada ao setor que mais se beneficia dos impostos e que, proporcionalmente, menos paga impostos. Com fim de trazer materialidade a esta questão, traz-se um gráfico comparativo com a série histórica 2015-2021 de despesas por função, com valores expressos em bilhões,

Gráfico 1 - Despesas por Função, em bilhões, de 2015 a 2021



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (2022, destaque nosso)⁸

As hipóteses que se elabora, a partir dos dados expostos, estão novamente alocadas em uma contradição: reduzir impostos sobre determinada coisa favorece àquelas pessoas/classes que têm a possibilidade de comprar e que conhecem tal coisa, que aprenderam a valorizar a posse ou o uso de tal coisa; em contrapartida tem-se que, apesar da forte propaganda negativa da visão sobre os impostos pela mídia massificada, detidamente operada por interesses de uma classe social específica, dominante, a arrecadação de impostos tem por função a elaboração e produção dos meios para a satisfação de necessidades essenciais da população, à reprodução da força de trabalho.

Pode-se notar esta questão ao focalizar-se as despesas na função *encargos especiais* do gráfico 1, que corresponde a 46,3% do total de 2021. Tal despesa contempla a amortização e o financiamento da dívida por meio da emissão de novos títulos públicos. Em contrapartida, na função *educação* o valor representa 7,7% do total de

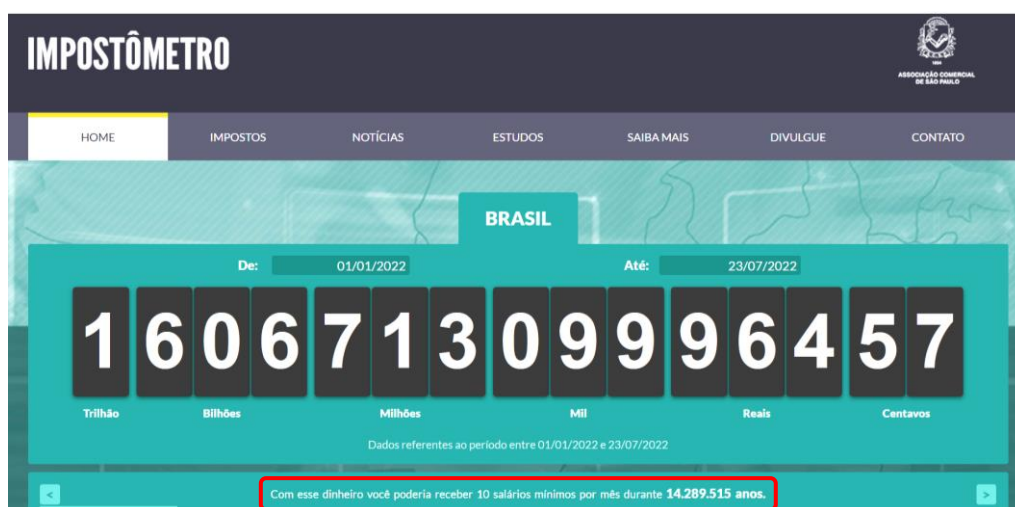
⁸ Disponível em: <https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:43918>. Acesso em: 26 jul. 2022.

despesas de 2021, na função *saúde* 9,1% e na função *assistência social* 3,5%. Na relação direta dos valores gastos em encargos especiais, educação, saúde e assistência social ficam, respectivamente, 31%, 5%, 6% e 2%. Um disparate.

Há um divulgador dos valores pagos em impostos pelas pessoas cidadãs brasileiras em formato de sítio eletrônico chamado Impostômetro. O sítio é desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) com apoio da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (FACESP) e pela Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS). A metodologia para o levantamento inclui o cálculo de todos os valores arrecadados pelas três esferas de governo em bases da Receita Federal, da Secretaria do Tesouro Nacional, Caixa Econômica Federal, Tribunal de Contas da União e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

No sítio eletrônico mencionado, nota-se a veiculação de imagem negativa associada ao imposto quando se observa, em forma de placar, com atualização constante, o montante de impostos pagos somados as partes da União, do Estados e dos Municípios brasileiros causando a impressão de um fluxo intenso de despejo/perda/desperdício. Tal modo de informação, somado às notícias da mídia massificada dentro da temática *imposto* aparenta produzir sensação de revolta constante e óbvia que decorre de lógica do absurdo da veiculação e organização da informação/notícia que pode ser notada na figura a seguir.

Figura 1 – Página inicial do Impostômetro.



Fonte: Captura de tela do sítio eletrônico do Impostômetro de 23 jul. 2022⁹ (2022, destaque nosso)

Observando a parte inferior da imagem, pode-se ler “Com esse dinheiro você poderia receber 10 salários mínimos por mês durante 14.289.515 anos”, tal afirmação ratifica o entendimento proposto anteriormente já que, mesmo em análise simples do que foi inserido como explicação do montante de impostos pagos (que no momento da captura de tela era de 1.606.713.099.964,57 reais), é um dos exemplos que podem ser extraídos para validar a característica de *absurda* da informação dada ali.

Com o valor mostrado no impostômetro na imagem, distribuído pela quantidade de dez salários mínimos em 14.289.515 anos equivale a um valor de 937,00 reais¹⁰. Tal valor era vigente há seis anos. Incorre-se aqui com a veiculação, para não alcunhar de mentirosa/fraudulenta, incorreta/desatualizada o que aumenta o impacto da informação. Outras colocações trazidas na mesma página, que duram aproximadamente sete segundos, são: “Com esse dinheiro você poderia comprar 1.638.132 unidades do carro Porsche Panamera 4.8 V8 T”, e, ainda, que “Aplicado na poupança esse dinheiro renderia 311.301.287 reais”, ou “Para transportar esse dinheiro em notas de R\$ 100 seriam necessários 530 containers de 20 pés”.

Todas as falas estão no intento de provocar impacto na pessoa que lê, mas, sempre no âmbito da satisfação de necessidades que não são as que, legalmente, os impostos devem satisfazer.

uma nação melhor se nossa sociedade repudiasse da mesma maneira a desigualdade” é a fala que abre a notícia “Mulher negra e pobre é quem mais paga imposto no Brasil”¹¹ escrita por Caetano Scannavino, em 2019, em matéria à Carta Capital traz dado de Salvador (2014) onde se aponta que entre os 10% mais pobres no Brasil, 68,06% dessa parcela é constituída por pessoas negras em que a carga tributária que incide sobre estas é de 32%. Nessa mesma faixa, as mulheres negras correspondem ao maior grupo contribuinte com incidência de 35,59% de carga tributária.

Segundo pesquisa de Fernandes, Gimenes e Domingues (2017), a diferença entre o número de matrícula de crianças em relação com a cor/raça de suas mães no estado de

⁹ Disponível em: <<https://impostometro.com.br>>. Acesso em: 23 jul. 2022.

¹⁰ Valor disponível em: <<http://www.fetapergs.org.br/index.php/2015-07-27-16-46-22/tabelas-salario-minimo>>. Acesso em: 23 jul. 2022.

¹¹ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/mulher-negra-e-pobre-e-quem-mais-paga-imposto-no-brasil/>>



São Paulo não chama a atenção, porém, quando analisados os perfis desse mesmo grupo com relação às crianças de zero a três anos que estão matriculadas em escolas públicas ou privadas, o número de crianças matriculadas em escola privada que são filhas de mães brancas é exageradamente superior ao número de crianças filhas de mães negras, precisamente, 43% das crianças matriculadas, filhas de mães brancas estão em escolas privadas e 82% das crianças matriculadas, filhas de mães negras estão em escolas públicas (Fernandes; Gimenes; Domingues, 2017).

As primeiras necessidades a serem satisfeitas, das pessoas que compõe a parcela dos 10% mais pobres da população brasileira, não serão constituídas por “Porsches Panamera 4.8 V8 T” ou, ainda, utilizar o dinheiro que (não) sobra, que para além, falta, em investimento na caderneta de poupança, mesmo sendo de grande importância a questão do transporte e da organização/planejamento financeiro. Tanto como não será, para a maior parte da população, comprar apartamentos em Botafogo (Rio de Janeiro) ou no Morumbi (em São Paulo), embora a questão da moradia com dignidade seja de grande importância.

Nessas mesmas cidades, nesses mesmos bairros, enquanto as donas e donos de Porsches e outros automóveis de luxo, de apartamentos em bairros nobres de desenvolvidas metrópoles, pessoas pobres necessitam do uso de transporte coletivo público para conduzi-las de (por vezes) moradas precárias para trabalharem em condições ruins, o que, por vezes, em especial por conta das jornadas extensas (mas não somente por isso), faz com que essas pessoas lancem mão de creches, pré-escolas e escolas de ensino fundamental públicas.

As mesmas jornadas que trazem a necessidade do uso do serviço das creches, também prejudica a saúde dessas pessoas, o que as impele a buscar auxílio nos serviços de saúde pública. Quando carecem de apoio judicial para resolver um problema ou exigir o cumprimento de um direito subjetivo (como a vaga na creche, transporte público que viabilize ou, ainda, a disponibilização de determinado medicamento não dispensado regularmente em farmácias públicas), é à Defensoria Pública que se faz necessária a consulta, dentre outros inúmeros serviços públicos, como o saneamento básico (por vezes precário ou inexistente), a disponibilidade de água potável, iluminação de vias públicas.

Deste modo notamos que abordar a condição do desemprego no Brasil em (aparente) resolução da crise na saúde causada pela pandemia de COVID-19 como uma questão de má-sorte, ampliando o debate proposto por Mascaro (2020), dá a ideia de que a pandemia do coronavírus fica limitada à compreensão pelas vias da explicação biológica ou natural. Para o autor,

“trata-se de uma eminente crise social e histórica [...] a dinâmica da crise evidenciada pela pandemia é do modelo de relação social, baseado na apreensão dos meios de produção pelas mãos de alguns e pela exclusão automática da maioria dos seres humanos das condições de sustentar materialmente sua existência [...] o modo de produção capitalista é a crise” (Mascaro, 2020, p.7).

Esses serviços que atendem às necessidades da maior parte da população brasileira são públicos e são providos com o empenho e realização decente de planejamento das receitas oriundas de tributos, impostos e taxas.

Descrição e caracterização do município de Ribeirão Preto - SP

Tendo por objetivo apontar se a condição gerada pelo desemprego ou da precarização dos direitos trabalhistas decorrente da forma de administrar as necessidades sociais trazidas com pandemia de COVID-19 impactou (ou não) direta e indiretamente as políticas públicas para a educação básica é preciso visitar textos que trazem dados e debates sobre o impacto ao recolhimento desses tributos, impostos e taxas, em especial aqueles que trazem maior consequência para a administração pública municipal.

Para validar ou negar a proposição deste trabalho, parte-se aqui à caracterização do município de Ribeirão Preto no que diz respeito à sua população, que se valia, passou a se valer ou, ainda, deixou de fazer uso da educação pública municipal em contexto pandêmico, no âmbito da educação básica regular que, de acordo com Brasil (1988, Art. 211, § 2º) abrange desde os primeiros anos da Educação Infantil aos últimos anos do Ensino Fundamental – Anos Finais, sendo da competência dos municípios a atuação prioritária no ensino fundamental e na educação infantil.

Nesse contexto entende-se que, dada a interrupção do atendimento presencial das escolas para as atividades letivas, tem-se, assim, uma consequente diminuição das possibilidades de realização do orçamento de cada unidade escolar e das redes (se

considerado um cenário mais amplo), ideia esta que leva à inquietação para a investigação apresentada neste texto. Tal inquietação mantém-se, mesmo em se sabendo da necessidade de implementar novas formas de atendimento (remoto) que demandaram, por sua vez, o estabelecimento de convênio (ainda que tardiamente) com empresa de telecomunicação/internet, plataformas virtuais para a tentativa de (re)estabelecimento de comunicação constante/cotidiana com estudantes e suas famílias.

A possibilidade da comunicação efetiva com a finalidade de produzir educação está pensada como em Prado (2021) que afirma, acerca da forma como se compreende os sujeitos, que estes devem ser percebidos como “parceiros sociais que encontram na atividade (de ensino e de aprendizagem) possibilidades de humanizarem-se.” (Prado, 2021, p. 70).

Mostra-se, posta a demanda de replanejamento orçamentário e de sua realização neste novo contexto, a necessidade de compreender o modo como este orçamento é composto e, devido à recorrência dos anúncios de aumento do desemprego, nota-se relevante entender possíveis impactos ao financiamento da educação escolar pública advindos destas mudanças e, aqui, com olhar mais detido sobre o fenômeno do desemprego.

Como meio para determinar a quantidade de pessoas que passaram à condição de desempregadas (intermitentemente) e outras que passaram à condição de diminuição do tempo de trabalho (redução proporcional), debruça-se sobre os dados obtidos por coleta das bases de dados do CAGED¹², Novo CAGED e o Painel de Informações do Benefício Emergencial. As modificações apontadas (trabalho intermitente e redução proporcional) nas formas do trabalho têm respaldo na reforma trabalhista de 2017, ainda durante o governo pós-golpe de Michel Temer.

Os dados coletados das bases apontadas serão extraídos em três níveis, da União, do estado de São Paulo e do município de Ribeirão Preto, além da complementaridade de dados extraídos do SIOPE do FNDE com a finalidade de determinar mais precisamente o objeto deste trabalho, compreender o impacto efetivo do desemprego, em especial na cidade de Ribeirão Preto, sobre o financiamento da Educação Pública de

¹² Instituído pela Lei 4.923 de 23/12/1965.



nível Fundamental e Educação Infantil com foco na receita proveniente da arrecadação de impostos.

Em números trazidos pelo panorama do IBGE¹³, Ribeirão Preto tem (em 2021) população estimada de 720.116 habitantes, desses, dentro da força de trabalho, está 38,2% ocupada (dados de 2020) com 2,7 salários mínimos e possui PIB per capita (dados de 2019) equivalente a 50.270,98 reais. Com dados do ano de 2021, na área da educação, o município possui 187 escolas de Ensino Fundamental e 82 escolas de Ensino Médio.

No que tange ao emprego na cidade de Ribeirão Preto, vale-se de dados fornecidos pelo Novo CAGED dos anos entre 2020 e 2021. A tabela a seguir mostra o número de vagas de emprego no município de Ribeirão Preto de 2019 a 2020 por setor dados pela RAIS.

Tabela 1 - Número de empregos formais por modalidade da reforma trabalhista

Ribeirão Preto - SP	2019	2020	Valor Absoluto
Agropecuária	978	878	-100
Indústria	21.314	22.059	745
Construção	12.131	11.853	-278
Comércio	62.071	60.824	-1.247
Serviços	135.298	130.808	-4.490
Total	231.792	226.422	-5.370

Fonte: Base de dados do Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS¹⁴

Nota-se, pelos dados trazidos na tabela que, do ano de 2019 ao ano de 2020, há uma redução expressiva no número total de empregos formais na cidade de Ribeirão Preto, que chega a 5.370 e, dentro dessa quantidade, a modalidade *serviços* é a que mais deixou pessoas desempregadas nesse recorte temporal, o que alimenta o suposto de que, haja vista a diminuição do trabalho formal, tenha-se também diminuído a arrecadação do Imposto sobre Serviços (ISS), Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), aumento da inadimplência de impostos como

¹³ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ribeirao-preto/panorama>>. Acesso em 23 jul. 2022

¹⁴ Disponível em: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php



o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).

Com a possível diminuição da arrecadação dos impostos mencionados entende-se que, como trazido por Pinto (2018), desde a Emenda Constitucional nº 14/96 com alteração do artigo 211 da Constituição Federal onde, em seu Parágrafo 2º, o texto passa a estabelecer que os municípios devem atuar de forma prioritária no Ensino Fundamental e Educação Infantil, pensa-se que também dentro da questão do desemprego na cidade de Ribeirão Preto, os segmentos que mais importantemente seriam afetados com as arrecadações municipais seriam o da Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Serviço de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Educação

As bases utilizadas para coleta de dados estão diretamente ligadas a produção e divulgação de informações de aparelhos públicos e busca-se explicar aqui suas características, tais como a legislação que os embasa, suas especificações, método de construção e período de sua instituição.

A base de que se retirou dados para averiguar o efetivo de receitas (previstas e realizadas) é dada pelo Serviço de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), sistema eletrônico operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) de responsabilidade do Ministério da Educação. Tendo em vista as finalidades e motivação da instituição do SIOPE, aponta-se justificativas para o uso dos dados disponibilizados por este serviço nesta pesquisa, já que o SIOPE foi

[...] instituído para coleta, processamento, disseminação e acesso público às informações referentes aos orçamentos de educação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sem prejuízo das atribuições próprias dos Poderes Legislativos e dos Tribunais de Contas (FNDE, 2022¹⁵).

O SIOPE tem caráter declaratório, seus processos são informatizados (quanto à declaração, armazenamento, disponibilização e extração de dados), as informações e

¹⁵ Disponível em: https://www.fnde.gov.br/siope/o_que_e.jsp. Acesso: 18 jul. 2022.

indicadores são públicas e há correspondência entre as informações declaradas com demonstrativos contábeis de entes da federação (FNDE, 2022).

A elaboração dos relatórios pelo SIOPE atrai parcerias de entidades ligadas diretamente ou indiretamente à educação. Dentre essas parcerias estão a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Conselho dos Secretários Estaduais de Educação (CONSED), Tribunais de Contas dos Estados e Municípios, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social Estaduais e Municipais do FUNDEB, Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Associações, Federações e Confederação de Municípios, Ministério Público Federal / Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e o Ministério da Saúde.

Pode-se pensar que algumas dessas parcerias, por sua função no Estado, são importantes na atuação como agentes que garantem a integridade e geram confiança nas informações orçamentário-financeiras, já que um dos papéis dos relatórios é o do controle social da aplicação dos recursos públicos (em educação).

Nesse contexto, há entidades como a UNDIME¹⁶ que tem como um de seus objetivos “a formação dos Dirigentes Municipais de Educação para que, no desempenho de suas funções, *contribuem* decisivamente para a melhoria da educação pública” (UNDIME, 2022, grifo nosso¹⁷).

Quando da análise desse objetivo relacionando-o às parcerias de fundações e institutos de instituições privadas instaladas no Brasil como Itaú Social, Instituto Natura, Fundação Telefônica Vivo, traz-se a indagação sobre as relações privadas com alta capilarização nos setores públicos. Em busca no sítio eletrônico da UNDIME aparecem, por exemplo, a alta quantidade de 134 notícias relacionadas ao SIOPE.

Das informações apontadas pelo SIOPE, neste trabalho utilizamos as que estão elencadas no Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) do município de Ribeirão Preto – SP, em específico, as informações da Tabela 8.2¹⁸. Nesta tabela estão informadas as receitas provenientes de impostos, transferências constitucionais e legais, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

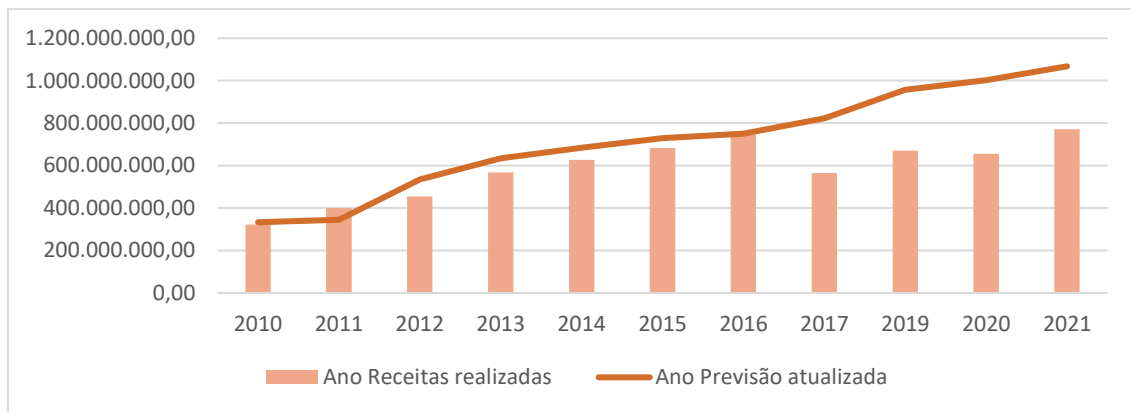
¹⁶ Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/objetivos>. Acesso: 18 jul. 2022.

¹⁷ A palavra em grifo, *contribuem*, possivelmente está incorreta no contexto da frase. A possível utilização do verbo contribuir, ali, seria contribuíam.

¹⁸ Refere-se à numeração da tabela no SIOPE, não à numeração de tabelas utilizadas neste texto.

Os gráficos a seguir foram elaborados tendo como referência uma série histórica que compreende os anos de 2010 a 2021¹⁹. Ao focar-se nas *receitas realizadas* do município de Ribeirão Preto do total de impostos municipais (IPTU, ITBI, ISS, IR e ITR), nota-se que, ao longo dos anos desta série histórica, se tem um aumento, com queda *apenas* no ano de 2017 com retomada de crescimento ulterior como se nota, em sequência, no Gráfico 2

Gráfico 2 – Receitas de impostos municipais previstas e realizadas.



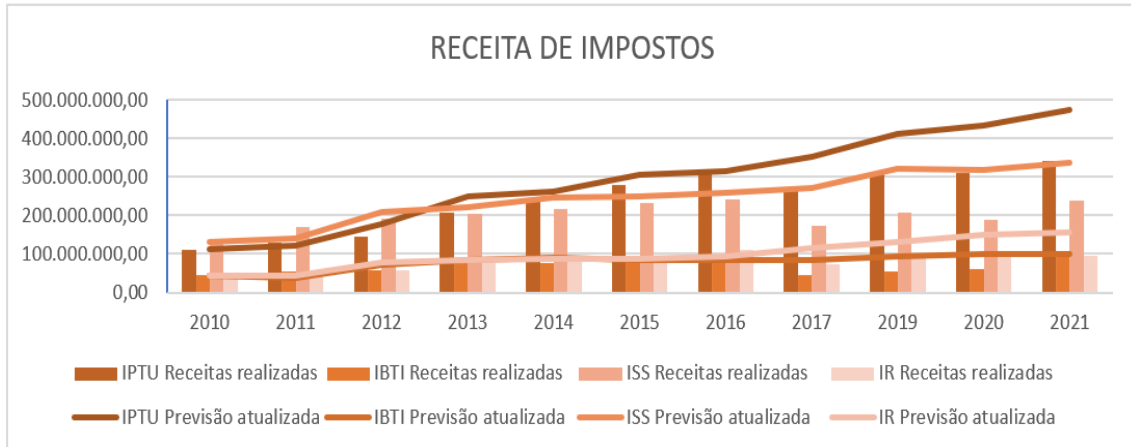
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do SIOPE (2022).

A questão é que, quando se compara o total das receitas realizadas com o montante de impostos municipais com a previsão atualizada das receitas, nota-se que a partir do ano de 2017 as previsões atualizadas não tangenciam as receitas realizadas. Tal fenômeno já ocorrera nos anos de 2012 a 2015, porém, a partir do ano de 2017, nota-se um afastamento maior entre as receitas realizadas e as previsões.

Analisando-se os valores que compõe esses impostos municipais separadamente, tem-se que o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) é o que assume os valores mais altos, seguidos do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS), o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e o Imposto de Renda (IR) e, neste caso, nota-se afastamento expressivo da linha de previsão nos anos em que já está instalado o contexto pandêmico (COVID-19).

¹⁹ Não consta nos gráficos o ano de 2018 dentro da série histórica utilizada, pois não foram encontrados os dados sobre este ano na base de dados pesquisada, o SIOPE.

Gráfico 3 – Receitas por tipo de imposto previstas e realizadas.



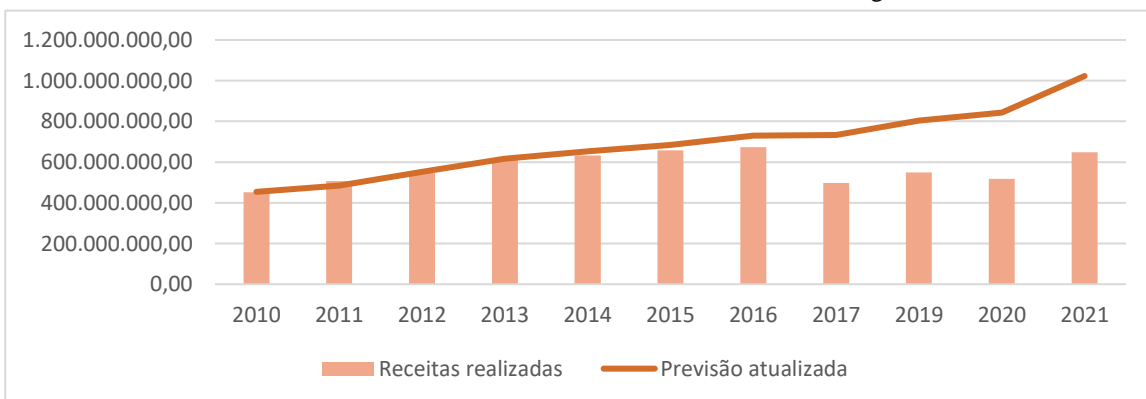
Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do SIOPE (2022).

Neste gráfico tem-se a comparação dos valores de impostos recebidos pelo município de Ribeirão Preto por transferências constitucionais e legais, onde pode-se notar aumento importante de 2020 para 2021.

Na cidade de Ribeirão Preto, com dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), no que tange a variação de empregos formais entre janeiro de 2019 a dezembro de 2020, o número de pessoas demitidas chega a 6260, dentre as quais a maior parte, 54,24%, são mulheres. O setor que, disparadamente, mais demitiu foi o de serviços, com 49,52% das demissões seguido do comércio, com 17,86%.

Nota-se queda acentuada na receita de transferências constitucionais e legais de impostos ao município de Ribeirão Preto em 2020, que pode-se relacionar, segundo dados da PNADC, com a situação do desemprego no país, que chega às taxas mais elevadas de junho de 2020 a maio de 2020 com até 15,20% da população dentro da força de trabalho desocupadas e com até 5,8% de pessoas em condição de desalento.

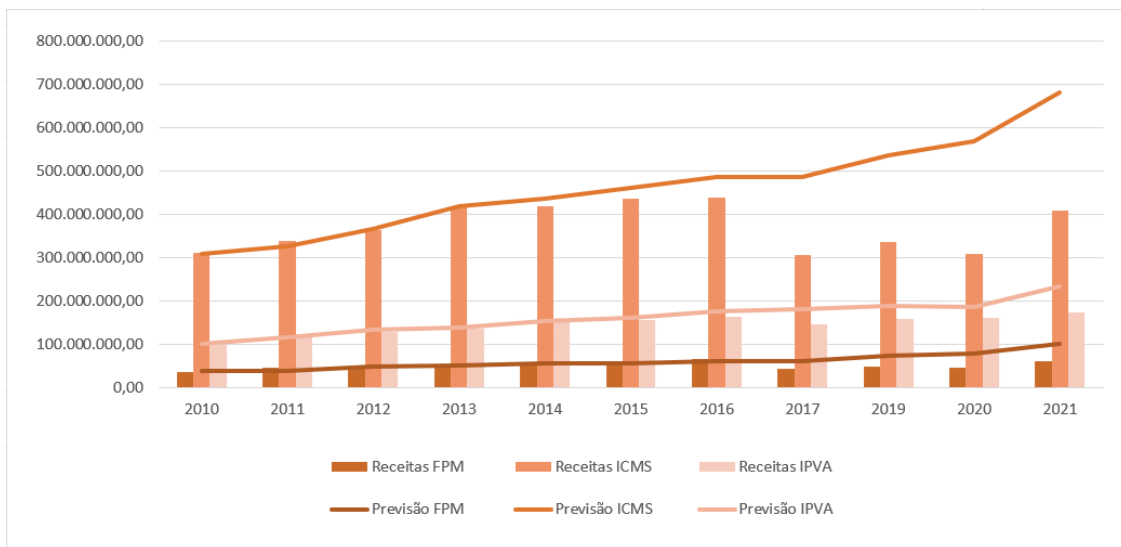
Gráfico 4 – Receita total de transferências constitucionais e legais.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do SIOPE (2022).

Seguindo com as receitas de transferências constitucionais e legais, recorre-se agora ao gráfico 5 que relaciona as receitas por tipo de imposto realizadas com a sua previsão atualizada. Essas receitas são compostas pela cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), cota-parte do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e cota-parte do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Gráfico 5 – Receitas de transferências constitucionais e legais por tipo de imposto.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do SIOPE (2022).

Nota-se que a curva apresentada no gráfico 5, referente à cota-parte do ICMS é muito semelhante à curva do gráfico 4 contendo o total das receitas de transferências constitucionais e legais, o que pode denotar que a receita vinda deste imposto é a de maior impacto dentre os impostos que a compõe.

Expostos tais dados acerca das receitas diversas e suas previsões, passaremos ao esforço de caracterizar as condições das pessoas tendo em vista sua situação com a ocupação e trabalho.

Caracterização da condição das pessoas em relação ao trabalho ou ocupação

Uma forma de se atenuar o impacto causado pelos dados sobre o desemprego é subtrair as pessoas que estão classificadas como desalentadas do contingente de pessoas sem emprego formal.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)²⁰, desalentada é a pessoa que está dentro da condição de força de trabalho, têm interesse em trabalhar, mas que não encontram emprego na localidade ou mesmo, um trabalho adequado, pela falta de experiência exigida pela empregadora, ou ainda não conseguem trabalho por serem muito jovens ou muito idosos.

Evidencia-se uma das maneiras dessa atenuação, pela na página eletrônica do IBGE. Ao acessar a página inicial na *web* do instituto, nota-se a exposição dados relacionados à estimativa da população brasileira, ao IPCA mensal/inflação do mês precedente, aos resultados do PIB/SNTC acumulados dos últimos quatro meses e ao dado do desemprego da PNAD Contínua do trimestre anterior ao vigente. Este último dado, como mencionado, aparece tão somente com o indicador da situação de pessoa desempregada²¹, trazendo a noção de um resultado que, apesar de ruim, não revela a real situação do problema social relacionado à questão.

A tabela 2, a seguir, contém os dados citados há pouco concernentes ao primeiro trimestre de 2022, da página do IBGE sobre o desemprego. A partir deles, tem-se ilustração da atenuação dos dados mais amplamente divulgados e pode-se inferir o quanto tais dados ficam atenuados

Tabela 2. Dados de desemprego no primeiro trimestre de 2022

Desempregados (desocupados)	11,9 milhões
Taxa de desemprego (desocupação)	11,1%
Desalentados	4,6 milhões
Taxa de subutilização	23,2%

Fonte: Elaborada pelo autor baseada em IBGE, 2022²².

É possível observar que o número informado na página inicial demonstra tão somente a taxa de desemprego, equivalente a 11,1% da população da força de trabalho (que representa 11,9 milhões de pessoas), porém, esse não é o número que revela a realidade do problema envolvendo o emprego no Brasil, já que, também as pessoas

²⁰ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> Acesso em 21 jul. 2022.

²¹ O conceito de desempregada utilizado pela metodologia de pesquisa do instituto, realizada através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), define pessoas com idade para trabalhar que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho (IBGE, 2022). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores#desemprego> acesso em: 21 jul. 2022.

²² Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em: 18 jul. 2022

desalentadas (4,6 milhões) também estão intimamente ligadas às necessidades da produção/organização da oferta de emprego formal, com garantia de seguridade social.

Somadas, as duas categorias do IBGE representam 16,5 milhões de pessoas sem emprego e, assim, podemos notar que a questão exposta anteriormente sobre o município de Ribeirão Preto não é uma exceção à regra, mas uma unidade do todo que expõe uma questão estrutural sobre as condições de emprego e ocupação no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Questiona-se, assim, em que medida a administração da crise sanitária é desqualificada tendo como base a noção de uma crise social e histórica? Pensa-se que, a forma de lidar com os dilemas reforçados pela pandemia de COVID-19, quando relacionada aos pragmáticos modos de (re)produção do Capital está para além de boa, é bem-sucedida tendo em vista a necessidade da produção de uma massa de pessoas desempregadas, desalentadas e fora da ocupação na condição de reserva.

Dentre os pontos importantes, no sentido da não distribuição de renda que seria possível em meio à crise da pandemia, mas acabou sendo feito apenas em julho de 2022 em meio à iminência das eleições como o reajuste temporário do Auxílio Brasil (pago de agosto a dezembro de 2022), Auxílio Caminhoneiro (pago de agosto a dezembro de 2022), aumento do Vale-gás (válido até o fim de 2022).

Durante a pandemia, retirou-se dinheiro do fomento à pesquisa científica, e não se incrementou/viabilizou, por exemplo, a internet e os aparelhos eletrônicos para aulas remotas sob a justificativa de aumento da rigidez orçamentária por parte do executivo federal.

Houve impacto no âmbito do recolhimento do imposto, que pode-se atribuir uma parcela da razão à questão do desemprego que por sua vez produziu diferença na receita ao município significativamente. No caso, a parcela da população o que mais acessa a educação básica pública municipal regular segue sem a possibilidade de escolha da aquisição/compra de um Porsche, mas seria importante função do Estado a reorganização das receitas para viabilizar a posse de um aparelho eletrônico com conexão à internet de qualidade para promover o acesso das filhas filhos, das pessoas

sob sua responsabilidade, à tentativa de produção da escola durante o período de aulas remotas.

E houve/há a necessidade de promover o acesso à internet de qualidade e aos aparelhos eletrônicos que se servem dela para que se dê uma das condições para que a educação se aconteça de forma efetiva: a possibilidade de comunicação que viabiliza a relação entre sujeitos históricos.

Chega-se aqui à (uma das possíveis) conclusão de que o poder público, com finalidade de produzir educação, em uma reorganização, essencialmente, da parte da receita prevista oriunda dos impostos que se deixou de realizar, na compra de aparelhos eletrônicos e viabilizando a internet de qualidade a estudantes e a professoras e professores.

Estará garantida, assim, a condição (mínima) do estabelecimento da comunicação para efetiva mediação recíproca por parte das professoras e professores do meio físico/natural em conjunto às pessoas na condição de estudantes, haja vista a necessidade de que o desenvolvimento do pensamento humano.

O que está posto aqui, não é o fato da matrícula ou não matrícula. É o fato da perceptível falta de escolha de uma classe específica da sociedade em relação ao tipo de escola em que tem a possibilidade de matricular as pessoas sob sua responsabilidade. Como vimos, ainda que no Brasil sejam as mulheres negras as pessoas que proporcionalmente mais pagam impostos e que, em contrapartida, no âmbito da produção da contradição que viabiliza e move o sistema capitalista, foi a que mais careceu e carece da atenção e da realização da receita oriunda da tributação a fim de dignificar as condições de reprodução da vida material, de dignidade às pessoas humanas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Elaine Sampaio; MOURA, Manoel Oriosvaldo de. **A aprendizagem docente na perspectiva histórico-cultural**. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2005, Caxambu. 28ª ANPED, 2005.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 10 jul. 2022.



BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET)**, Ministério do Trabalho e Previdência, Brasília, 2022. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/component/content/article?id=1778>. Acesso em 17 jul. 2022.

CASSIN, Marcos. **Louis Althusser e o Papel Político/Ideológico da Escola**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

FERNANDES, Fabiana Silva; GIMENES, Nelson; DOMINGUES, Juliana dos Reis. **Mulheres e filhos menores de três anos: condições de vida**. *Cadernos De Pesquisa*, 47(163), 320–341, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/4175>. Acesso em: 25 jul. 2022.

KOFLER, Leo. **História e Dialética: estudos sobre a metodologia da dialética marxista**. Trad. José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1976.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e pandemia**. São Paulo: BOITEMPO, 2020.

PINTO, José Marcelino Rezende. **O financiamento da educação na constituição federal de 1988: 30 anos de mobilização social**. *Educação & Sociedade*, v. 39, p. 1-24, 2018.

PRADO, Ana Carolina Fazzio. **Avaliação dialética: da medição à mediação**. Ribeirão Preto, 2021. 170 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2021.

SALVADOR, Evilasio. **As implicações do Sistema Tributário Brasileiro nas Desigualdades de Renda**. INESC: Brasília, 2014.

Submetido em: 17/04/2023

Aceito em: 01/05/2024